

Fernandes — Confecções Unipessoal, L.<sup>da</sup>, NIF 505451778, Endereço: Gandarinha, Galegos (s. Martinho), 4750-000 Barcelos, e Administrador de Insolvência: Francisco José Areias Duarte, Endereço: Rua Duques de Barcelos, N.º 6-2.º Sala 4, Apartado 51, 4750-264 Barcelos.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: artigo 230.º, n.º 1, alínea *a*) do CIRE (após a realização do rateio final).

Efeitos do encerramento: art.º 233.º do CIRE.

Barcelos, 24-05-2010. — A Juiz de Direito, Dr.ª Ana Paula da Gama Araújo. — O Oficial de Justiça, José Sampaio.

303296517

## 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

**Anúncio n.º 5136/2010**

**Processo: 3261/10.3TBRRG**

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

**N/Referência: 7996183**

Insolvente: Gráficos e Sarrabiscos — Atelier de Publicidade, Limitada.

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 1.º Juízo Cível de Braga, no dia 17-05-2010, às 12:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Gráficos e Sarrabiscos — Atelier de Publicidade, Limitada., NIF 506476618, Endereço: Rua de Râmoa, Pavilhão 2, Merelim S. Pedro, 4700-044 Braga com sede na morada indicada.

São administradores da devedora:

Cláudio Rogério Leça Gonçalves, Endereço: Rua Costa Gomes, N.º 47 e 53 A Trás, Real, 4700-262 Braga e Lília Alexandra Fernandes de Jesus, Endereço: Rua Costa Gomes, N.º 47 e 53 A Trás, Real, 4700-262 Braga a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.ª Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 01-07-2010, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 18-05-2010. — O Juiz de Direito, Dr. Manuel Eduardo Pinhanços Bianchi Machado de Sampaio. — O Oficial de Justiça, Maria José Teixeira.

303272824

## 4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

**Anúncio n.º 5137/2010**

**Processo n.º 8337/08.4TBRRG-K**

**Prestação de contas de administrador (CIRE)**

Insolvente: PROFALNOR — Sistemas de Alumínio, L.<sup>da</sup>

O Dr. Pedro Miguel Silva Rodrigues, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente PROFALNOR — Sistemas de Alumínio, L.<sup>da</sup>, NIF — 505974592, Endereço: Rua Martins Sarmiento N.º 172, 2.º Esq., S. Vitor, 4700 Braga, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

21-05-2010. — O Juiz de Direito, Dr. Pedro Miguel Silva Rodrigues. — O Oficial de Justiça, Maria Armandina A. C. Fernandes.

303293414

**Anúncio n.º 5138/2010**

Processo: 4041/08.1TBRRG-E

Prestação de contas administrador (CIRE)

Insolvente: Loja do Fumador de Peixoto Rodrigues, L.<sup>da</sup>

Data: 21-05-2010

O Dr. Pedro Miguel Silva Rodrigues, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente Loja do Fumador de Peixoto Rodrigues, L.<sup>da</sup>, NIF — 506682706, Endereço: Rua António Menici Malheiro, N.º 29, R/C, Braga, 4710-403 BRAGA, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

21-05-2010. — Juiz de Direito, Dr(a). *Pedro Miguel Silva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Maria Armandina A. C. Fernandes*.

303293811

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

**Anúncio n.º 5139/2010**

### Insolvência pessoa Colectiva (requerida) n.º 176/07.6TYLSB

Julião & Henriques L.<sup>da</sup>, NIF — 506855511, Endereço: Lg Relógio 9, Trabalho, 2500-348 Alvorninha.

Adm. de Insolvência: Octávio José Fernandes Saldanha, Endereço: Rua Dr. Manuel Fernandes Duarte, N.º 7, 3.º Dtº, 2780-068 Oeiras.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente para satisfazer as custas do processo e as restantes dívidas — artigo 230.º, n.º 1 al. d), devendo os autos prosseguir apenas para conhecimento do Incidente de Qualificação de Insolvência, mas com carácter limitado (artigo 232.º, n.º 5 do CIRE).

N/refº: 2404371

14-05-2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª *Raquel Monteiro Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Ana Margarida de Barros*.

303259913

**Anúncio n.º 5140/2010**

### Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência n.º 1098/10.9TBCLD

No Tribunal Judicial de Caldas da Rainha, 2.º Juízo de Caldas da Rainha, no dia 17-05-2010, às 09h06 m, foi proferida sentença de declaração de insolvência de: Função Base L.<sup>da</sup>, NIF — 507861329, Endereço: Rua dos Arneiros Arneiro da Borda N.º 899 Tornada, 2500-315 Caldas da Rainha, com sede na morada indicada. São administradores do devedor: Henrique Luís Rosa Gil, estado civil: Desconhecido, nascido em 12-01-1975, nacional de Portugal, NIF — 207015171, Endereço: Rua dos Arneiros, N.º 2, Tornada, 2500-000 Caldas da Rainha e Ana Manuela Capitão Casimiro Gil, estado civil: Divorciado, nascida em 07-04-1976, nacional de Portugal, NIF — 201060671, BI — 10785953, Segurança social — 11114344969, Endereço: Rua Capitão Filipe de Sousa, N.º 42, 3.º, 2500-304 Caldas da Rainha, a quem é fixado domicílio na morada supra indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeado: Luís Miguel Duque Carreira, Endereço: Rua General Trindade Apartado 20, Mira D Aire, 2485-135 Mira Daire. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 14-07-2010, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, po-

dendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. Informação Plano de Insolvência: Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE). Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

(N/refº: 2412759)

20-05-2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª *Isabel Baptista*. — O Oficial de Justiça, *Ana Margarida de Barros*.

303286473

## TRIBUNAL DA COMARCA DE CAMINHA

**Anúncio (extracto) n.º 5141/2010**

### Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

**Processo n.º 604/05.5TBCMN**

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: ARTICOBRE — Artesanato de Cobre, L.<sup>da</sup>, NIF — 503361781, Endereço: Lugar de Sebastião, 0000-000 Seixas; Administrador de Insolvência: Dr. José Ribeiro de Moraes, Endereço: Rua de Santa Catarina, 1500 — 1.º Esqº, 4000-000 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente.

19-05-2010. — A Juíza de Direito, Dr.ª *Clarisse Gomes*. — O Oficial de Justiça, *Mário Domingues*.

303278998

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO

**Anúncio n.º 5142/2010**

**Processo: 649/09.6TBCTX — Insolvência pessoa singular (Requerida)**

N/Referência: 1727341

Requerente: Soupinto — Fábrica de Decorações de Natal, L.<sup>da</sup>  
Insolvente: José Duarte Bento Crua

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Requerente: Soupinto — Fábrica de Decorações de Natal, L.<sup>da</sup>, NIF 500275254 — Domicílio Estrada Projectada à Estrada Paiã, Lte 1. Pontinha.

Insolvente: José Duarte Bento Crua, nascido em 11-12-1938, concelho de Cartaxo, freguesia de Valada [Cartaxo], nacional de Portugal, NIF — 110047133, BI — 1354966, Endereço: En N.º 3, Gaio de Cima, 2070-214 Cartaxo.